

O ministério sacramental dos presbíteros na carta circular “O presbítero mestre da Palavra, ministro dos sacramentos e guia da comunidade em vista do terceiro milênio cristão”

Cardeal Giacomo Biffi

Arcebispo de Bolonha

Algumas certeza primárias

“Ide, [...] batizai” (cf. Mt 28,19). O mandato de presidir à atividade sacramental – unido ao de anunciar e ensinar a verdade salvífica – é intrínseco à própria natureza do ministério apostólico. Evangelizar e santificar são, aliás, dois aspectos intimamente ligados e complementares entre si da tarefa única e omnicomprensiva que motiva e caracteriza a existência, dentro da comunidade eclesial, de homens constituídos no sacerdócio ordenado; em outras palavras, a tarefa de ser “ministros de Cristo e administradores dos mistérios de Deus” (cf. 1Cor 4,1).

Manter límpida e viva a consciência dessa missão essencial e aprofundar todos os dias sua inesgotável inteligibilidade é condição necessária para preservar a autenticidade de vida dos presbíteros e a incisividade de sua solicitude evangelizadora.

Para esse fim, é útil meditar sobre algumas certezas primárias.

Os sacramentos, ações de Cristo

A primeira convicção concerne à imanência operativa do Senhor Jesus, que é o principal “ator” de toda e qualquer doação sacramental.

Essa verdade chega ao máximo de evidência e de esplendor na Eucaristia e na Penitência. É evidente que o sujeito próprio da fórmula “este é o meu corpo” é Cristo, que se torna presente e se doa sob a espécie do pão. E é igualmente evidente que o sujeito próprio da fórmula “eu te absolvo” é Cristo, o único dos homens que, em virtude de sua constituição teândrica, tem o poder de perdoar as ofensas feitas a Deus.

Mas devemos assinalar, a respeito de cada sacramento, uma causalidade eminente ao Sacerdote da Nova Aliança, o qual, sempre no ato de oferecer o sacrifício redentor no santuário celeste, mediante a efusão do Espírito anima e enriquece com sua graça os nossos ritos.

Este ponto de doutrina – na verdade um pouco desbotada nos tratados teológicos dos últimos séculos – era vivíssimo na mentalidade dos primeiros cristãos.

Um antigo *transitorium* da liturgia milanesa entende assim a realidade da celebração eucarística, ultrapassando o dado percebido pelos olhos da carne: “*Angeli circumdederunt altare, et Christus administrat panem sanctorum et calicem vitae in remissionem peccatorum*” (9º Domingo do Tempo Comum).

É particularmente esclarecedora uma passagem famosa do *De Spiritu Sancto*, de Santo Ambrósio, que reproduz a homilia do dia de Páscoa de 381:

“Elias foi enviado a uma única viúva, Eliseu inundou um só homem; já tu, ó Senhor Jesus, cá entre nós purificou a mil. E quantos purificaste na cidade de Roma, quantos em Alexandria, quantos em Antioquia, quantos também em Constantinopla... Enfim, quantos purificaste hoje no mundo inteiro! Mas quem os inundou, porém, não foram nem Dâmaso, nem Pedro, nem Ambrósio, nem Gregório. De fato, nós prestamos a nossa obra como ministros, mas as ações sacramentais são tuas. Pois não pertence à capacidade humana comunicar os bens divinos; é dom teu e do Pai” (*De Spiritu Sancto*, 1, 17-18: “*Nostra enim servitia, sed tua sunt sacramenta*”).

Brotam daqui diversos ensinamentos, e diversas consequências existenciais.

Participação do sacerdote no amor esponsal de Cristo

A atribuição a Cristo de uma causalidade primária e eminente sobre as ações sacramentais não invalida o fato de dever ser reconhecida também ao presbítero uma causalidade incontestável, embora subalterna. (Há, sim, a exceção do matrimônio, em que os ministros são os esposos: mas desde a antiguidade sempre procuraram relacionar esse sacramento também com o ministério apostólico. Ver, por exemplo, Santo Ambrósio: “*Coniugium velamine sacerdotali et benedictione sanctificari oportet*”, *Ep.* 62, 101).

Por conseguinte, um vínculo especial se constitui entre o Senhor Jesus e o ministro humano, precisamente pelo fato de que ambos concorrem com intensidade e de formas diferentes para o mesmo ato. E é uma conexão que não tem uma índole meramente jurídica ou intencional, mas é objetiva e ontológica.

Realiza-se principalmente aqui a prerrogativa própria do sacerdócio ministerial, que é ser participação do amor esponsal que Cristo alimenta por sua Igreja. Nosso ministério, em virtude de sua índole específica, leva-nos a agir mais de uma vez “*in persona Christi*”, e, por conseguinte a sermos, dentro do povo de Deus, os “ícones” vivos daquele que nunca cessa de esperar a salvação dos homens e de conformá-los a si.

Como é óbvio, a partilha do amor esponsal de Jesus, que se doa à Igreja, pressupõe que antes tenhamos aderido a ele com o amor esponsal que é próprio da Igreja por seu Senhor. Assim, o sacramento da ordem se insere no sacramento do batismo, e toda espiritualidade presbiteral exige que vivamos já em plenitude a espiritualidade batismal.

Naturalmente, o que é objetivo e ontológico deve marcar o mais completamente possível a vida subjetiva e consciente do sacerdote. O sacerdote deve-se tornar cada vez menos imperfeitamente aquilo que é: esse é o caminho da santificação para todo “administrador dos mistérios de Deus”.

A conexão do ser deve solicitar uma crescente intimidade de consciência com ele, sobretudo mediante o empenho em valorizar existencialmente o sacramento da real presença no meio de nós da pessoa de nosso Salvador e de seu sacrifício. Da mesma forma, quem sabe que lhe foi confiado o sacramento da reconciliação será solícito em cultivar em si os mesmos sentimentos de Jesus Cristo (cf. Fl 2,5), e em manifestar de maneira particular a misericórdia, a paciência, a disponibilidade a iluminar e a guiar, agindo de modo que essas atitudes se reflitam beneficentemente também fora do rito.

“Ex opere operato”

A causalidade primária de Cristo tem como consequência benéfica a infalibilidade desses meios de graça, que – como sabemos – operam *ex opere operato*.

A locução escolástica – que aparece já em Santo Alberto Magno e foi acolhida também pelo Concílio de Trento – não é elegante, mas a verdade que esta expressa, dadas as nossas insuficiências e as nossas fraquezas, nos é abençoada e providencial. Nós estamos certos de que a presença operante do Senhor dentro da realidade sacramental a torna seguramente eficaz; e essa é uma convicção tranquilizadora. Entre as muitas decepções e as muitas de nossas iniciativas que ficam em xeque, temos ao menos o consolo de poder inserir ações que – justamente porque não provêm apenas de nós – rumam seguramente para bom fim e dilatam realmente na história o Reino de Deus.

Ao mesmo tempo, essa generosidade divina nos induz a não nos contentarmos nunca com o estilo medíocre de nossas ações sacras e a pôr o máximo possível em sintonia com essa riqueza garantida o nosso mundo interior, a nossa conformidade ao divino querer, o nosso modo de celebrar.

Os sacramentos, ações da Igreja

A segunda verdade que não podemos esquecer é que também à Igreja deve ser atribuída uma subjetividade nas ações sacramentais, as quais são, sim, de Cristo Cabeça e Esposo, mas são também do *Christus totus*.

A Igreja, que é a beneficiária de todos os meios de graça que a edificam e a desenvolvem, é chamada também a ser, no desígnio do Pai – com Cristo, em Cristo, subordinadamente a Cristo –, seu co-princípio.

Aliás, realiza-se aqui de maneira evidente, analogamente ao que acontece em razão de sua função evangelizadora, a prerrogativa vital de sua “maternidade”. Isso nos é ensinado com clareza pelo Concílio Vaticano II: “A Igreja, contemplando a arcana santidade de Maria, imitando-lhe a caridade e cumprindo fielmente a vontade do Pai, mediante a palavra de Deus recebida na fé, torna-se também ela mãe. Pois pela pregação e pelo batismo ela gera para a vida nova e imortal os filhos concebidos do Espírito Santo e nascidos de Deus” (*Lumen gentium*, 64).

Os divinos mistérios – justamente porque provêm de Cristo, que é seu instituidor e primeiro ator – foram pelo Senhor confiados à inteligência e ao amor de sua Esposa, quase como um enxoval de casamento. Sua celebração não pode, portanto, ser regulada de modo individualista.

O ordenamento ritual jamais é deixado à mercê de cada presbítero, ou de cada agrupamento que dele usufrui, pois cada sacramento – e marcadamente a Eucaristia – é e deve parecer uma “epifania” da Igreja.

Em cada celebração é aprofundada e se consolida a “eclesialidade” do ministro humano, ou seja, o fato de que pertence à “nação santa”, sua posse do patrimônio de fé comum, sua docilidade à energia santificadora que vivifica o “Corpo” de Cristo. E, quanto mais o presbítero celebrante parecer o porta-voz e a testemunha de todo o “Israel segundo o espírito”, mais se tornará perante os homens anunciadores persuasivo da inesgotável novidade de vida da qual o Ressuscitado é fonte perene. Se nos mantivermos nessa perspectiva, será plenamente lógico e extremamente importante – também para os fins de uma evangelização eficaz – que cada ministro sagrado tenha grande respeito pelas palavras, pelos gestos, pela disposição dos ritos que são previstos pelos livros preparados pela Igreja. O povo de Deus tem o direito de ter uma liturgia “católica”, e não deve ser obrigado a submeter-se aos gostos do celebrante e às opções ideológicas de alguns.

É claro que é preciso dar espaço a uma justa criatividade, prevista pelos próprios ordenamentos. Mas essa criatividade deve manifestar-se mais no estilo de comportamento, no modo todo pessoal de testemunhar o divino, na inspiração que transparece da voz e da atitude orante, que num gesto pelo qual se enche o drama litúrgico com frases e atos não previstos pelo “roteiro” adequado. Exatamente o mesmo que faz um excelente diretor de orquestra, que consegue dar uma interpretação própria e inconfundível, mas nem sonha em mudar ou acrescentar uma nota que seja à partitura original.

Os sacramentos, epifania e presença do mundo invisível

Nos sacramentos, por sua constituição inédita (que podemos muito bem chamar “teândrica”), em que se conjugam a intervenção do homem e a do Espírito de Deus, as realidades mais simples da terra – a água, o óleo, o pão, o vinho, os nossos gestos e as nossas palavras – carregam-se dos tesouros do céu. Neles, o “mistério escondido por séculos e por gerações, mas ora manifestado aos santos” (cf. Cl 1,26), não apenas é proclamado diante de todos e transparece sobre o itinerário humano, mas é também, por assim dizer, posto em nossas mãos e oferecido à nossa comunhão.

São, portanto, “epifania” e presença do mundo invisível e mais verdadeiro, dentro da visibilidade e da fugacidade da “cena deste mundo” (cf. 1Cor 7,31).

Aqui, se o presbítero toma consciência de tudo isso intimamente e sempre, encontra, ao mesmo tempo em que é dispensador das coisas santas, o segredo para superar uma das razões mais sutis de seu eventual mal-estar, que é sentir-se arregimentado por uma linha social e culturalmente minoritária, ver-se cercado por forças hostis e superiores em número, ter de falar a ouvintes distraídos e desinteressados.

Os próprios mistérios que celebra o ajudam a não perder de vista a totalidade da realidade e a extensão efetiva do Reino que lhe pertence e que anuncia, e a não subestimar a imensa energia sobrenatural de que sem descanso é invadida a humanidade inteira. Ele se dá conta, assim, de que vive dentro de uma socialidade transcendente, esplêndida e lotadíssima de pessoas, em que, com as três Pessoas divinas, palpita e rejubila a multidão feliz de que nos fala a Carta aos Hebreus: “Vós vos aproximastes do monte Sião e da Cidade do Deus vivo, a Jerusalém celestial, e de milhões de anjos reunidos em festa, e da assembléia dos primogênitos cujos nomes estão inscritos nos céus, e de Deus, o Juiz de todos, e dos espíritos dos justos que chegaram à perfeição, e de Jesus, mediador de uma nova aliança, e do sangue da aspersão mais eloqüente que o de Abel” (Hb 12,22-24).

Os sacramentos, sinais de luta e de vitória

Devemos fazer ainda uma última reflexão. Os sacramentos são atos próprios e característicos do tempo que se passa entre a primeira e a segunda vinda do Senhor; ou seja, o tempo em que nosso Salvador, embora já tenha vencido sua guerra e já tenha derrotado o Maligno, deixou-nos, porém a enfrentar as batalhas cotidianas contra as forças do mal. Tais sacramentos têm, por isso, também uma dimensão de “exorcismo”.

Ao nos lembrar de que a luta continua, preservam-nos do otimismo ilusório e, por conseguinte, das decepções que nos poderiam levar ao aviltamento e ao desespero.

Ao mesmo tempo, sendo sinais e antecipações do triunfo escatológico, livram-nos do pessimismo e alimentam nossa esperança.

Os divinos mistérios são as armas decisivas que recebemos para nos socorrer em nosso conflito contra os “dominadores deste mundo de trevas” (cf. Ef 6,12). Com sua assistência, estes nos advertem de que é sempre ativo o antigo adversário, “homicida desde o princípio”, “mentiroso e pai da mentira” (cf. Jo 8,44); mas ao mesmo tempo nos lembram de que está sempre ativo também o Espírito do Ressuscitado, que penetra em cada contexto humano, sabe revigorar e curar cada coração, consegue iluminar e tornar preciosa cada passagem da história.

Enviando seus discípulos ao mundo, Jesus “deu-lhes todo o poder e autoridade sobre todos os demônios” (cf. Lv 9,1). São um poder e uma autoridade que nós exercemos, sobretudo com a força intrínseca da palavra de Deus e a infalível eficácia dos sacramentos.

Conclusão

Quase como conclusão e resumo, parece-me útil voltar a sublinhar a relação que existe, e deve existir, entre o anúncio do evangelho e a celebração. A Igreja é sacramento universal de salvação, quer ao anunciar a palavra de vida, quer ao realizar os divinos mistérios.

A evangelização é premissa indispensável ao sacramento, aliás, tende ao sacramento não apenas no sentido de que o precede, mas também porque o permeia; e, na vida sacramental, alcança toda a sua plenitude.

Os presbíteros – para serem autênticos “administradores dos mistérios de Deus” – devem ter plena consciência dessa correlação, pela qual “palavra” e “rito”, em sua mútua integração, tornam atual e operante em toda a sua eficácia a redenção realizada por Cristo. Assim serão capazes de gerar em Cristo Jesus novos filhos de Deus (cf. 1Cor 4,15). Da “palavra” ao “sacramento” e deste à “vida nova”: essa é a dinâmica da existência cristã, e o sacerdote nunca a perderá de vista.

A ação litúrgica não é apenas premissa, mas também forma plena de evangelização, desde que não seja apressada, mas preparada com cuidado, desenvolvida com participação interior e decoro exterior, iluminada pela homilia. Os “santos sinais”, diz o Concílio Vaticano II, “não só supõem a fé, mas [...] a alimentam, a fortalecem e a exprimem” (*Sacrosanctum Concilium*, 59).

Deus, que é fiel – se tudo é realizado segundo o seu desígnio –, jamais deixará de dar fecundidade e vigor aos “ministros de Cristo”. Pois, como diz São Paulo, eles são realmente – e esta é uma incrível dignidade e uma inesperada sorte – os “colaboradores de Deus” (cf. 1Cor 5,9).